



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Acta nº. 133

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Penela. -----

Presenças: Estiveram presentes os Membros da Mesa da Assembleia Municipal: Presidente da Mesa, Emídio Domingues; Primeiro Secretário: Rafael Cândido Justino Baptista; Segundo Secretário: Vítor Miguel Ferrão Simões; e os Membros: Mário José Rodrigues Simões, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Luís Henrique Ramos da Silva Loulé, Luís Manuel Balão Fernandes, Rui Miguel Antunes Oliveira, Marta Sofia Coelho Ramos, Fernanda Maria Francisco Filipe, Carlos Alberto Júlio Fernandes, Paulo António Silva Roxo, Anabela Cristina Bernardino Duarte, Renato Filipe Nunes França e os Presidentes de Junta de Freguesia do Rabaçal, da Cumeeira, de Podentes, de São Miguel e do Espinhal, respectivamente: António José dos Reis Madeira Roque, Alfredo dos Santos Curcialeiro, Vítor Manuel Rodrigues Vieira, Luís Alberto Fernandes dos Reis e Adelino dos Santos Marques em substituição do Presidente da junta de Freguesia do Espinhal. -----

Faltaram à sessão: Luís Alves Ferreira e o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, Francisco Manuel Ramos Dias dos Reis.-----

Participação dos membros da Câmara: Esteve presente o senhor Presidente, Eng.º. Paulo Jorge Simões Júlio. -----

Abertura da Sessão: O senhor Presidente da Mesa, Emídio Domingues, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e os senhores Membros da Assembleia. -----

Seguidamente desejou as boas vindas ao membro Paulo António Silva Roxo. -----

PERÍODO ANTES da ORDEM do DIA

De seguida procedeu-se à votação da acta da sessão ordinária de dezanove Dezembro que foi aprovada com uma abstenção. -----

Dando continuidade à sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Primeiro Secretário da Assembleia, que procedeu à leitura da correspondência recebida, nomeadamente:-----

- Rafael Cândido Justino Baptista – apresenta justificação de falta à sessão de 19 de Dezembro; -----
- Espinhalass – remete convite para a confraternização da equipa de Futsal, a realizar no Parque de Desporto e Lazer da Quinta da Cerca, Espinhal, no dia 04 de Janeiro; -----
- Município de Penela – remete: -----

- Cópia das actas das sessões ordinárias realizadas nos dias 04 e 22 de Dezembro de 2008, 05 e 19 de Janeiro, e 02 de Fevereiro; -----
- Omnitur – remete proposta de viagem e estadia para a Assembleia dos Estados Gerais em Malmo, de 22 a 24 de Abril de 2009; -----
- Assembleia Municipal de Sesimbra - remete informação acerca do projecto sobre as Escolas Conde de Ferreira – Marco Histórico da instrução em Portugal;-----
- Grande Área Metropolitana de Coimbra – informa a realização da Assembleia da Grande Área Metropolitana de Coimbra, no dia 17 de Fevereiro, em Coimbra; -----
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – remete:-----
 - Boletins nºs 176.-----
 - Remete informação acerca da realização dos XXIV Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, em Malmo – Suécia, de 22 a 24 de Abril de 2009.-----

Aberto o período de intervenções, pediram a palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

- Paulo António Silva Roxo;-----
- Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;-----
- Presidente da Junta de Freguesia da Cumeieira, Alfredo dos Santos Curcialeiro;-----
- Luís Henrique Ramos da Silva Loulé;-----
- Mário José Rodrigues Simões; -----
- Marta Sofia Coelho Ramos. -----

O membro da Assembleia, Paulo António Silva Roxo, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e os membros da Assembleia. Agradeceu as palavras do Presidente da Assembleia Municipal, Emídio Domingues. Informou ter interrompido as suas funções como membro da Assembleia por questões profissionais e pessoais. Congratulou o membro da Assembleia que o substituiu durante a sua ausência, António Brásio, pelo trabalho desenvolvido ao longo do último ano. -----

O membro da Assembleia, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, cumprimentou os presentes. De seguida apresentou a moção que a seguir se transcreve, colocando-a à disposição da Mesa da Assembleia para posterior apreciação pelo Plenário-----

Transferência da Sede da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-Centro) de Coimbra para Aveiro -----

“A Assembleia Municipal de Penela teve conhecimento que em reunião de Conselho de Ministros do passado dia 21 de Janeiro, foi sufragado a transferência da Sede da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-Centro) de Coimbra para Aveiro.-----

Considerando: -----

- 1 - A centralidade geoestratégica de Coimbra, em relação aos concelhos que constituem a área de intervenção da DRE-Centro, incluindo os concelhos do Pinhal Interior Norte, especificamente o concelho de Penela;-----
- 2 - Que Aveiro se situa num extremo dessa mesma área de intervenção e mesmo a poucas dezenas de quilómetros de outra direcção Regional (DRE - Norte); -----
- 3 - Que uma transferência da sede da DRE - Centro para Aveiro implicará um agravamento muito substancial para todos os munícipes deste concelho que serão obrigados a deslocações mais longas e onerosas bem como a maior dispêndio de tempo;-----
- 4 - Que esta politica de disseminação irrazoável de delegações e serviços regionais importa consideráveis perdas de eficiência quando os particulares tenham de recorrer simultaneamente a diferentes serviços e organismos, como por exemplo a CCDRC e a DRE-Centro, para a resolução dos assuntos;-----
- 5 - Que, desta forma, se afastam ainda mais os Serviços Públicos dos Cidadãos, com especial destaque para os munícipes deste concelho, acarretando desvantagens económicas, financeiras e sociais para os Concelhos do Distrito de Coimbra; -----
- 6 - Que o distrito de Coimbra tem sido sistematicamente prejudicado e desconsiderado pelo Governo com a transferência de serviços da administração directa e indirecta do Estado para outros distritos sem qualquer justificação lógica, como aconteceu recentemente com a Região de Turismo do Centro; Em reunião ordinária desta Assembleia Municipal de Penela, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2009, decidiu-se:-----

- 1 - Manifestar total oposição à eventual transferência da Direcção Regional da Economia do Centro de Coimbra para Aveiro;-----
- 2 - Requerer a suspensão imediata da decisão correspondente tomada em Conselho de Ministros do dia 21 de Janeiro de 2009;-----
- 3 - Dar conhecimento do conteúdo desta Moção à Câmara Municipal, recomendando que sobre ela tome posição;-----
- 4 - Dar conhecimento a todas as Assembleias Municipais e Câmaras Municipais do Distrito de Coimbra, ao Exmo. Sr. Governador do Distrito de Coimbra, ao Sr. Ministro da Economia e da Inovação e aos Srs. Deputados eleitos pelo Distrito de Coimbra, para que possam manifestar a sua posição sobre este assunto.”-----

Recepcionada a moção, foi de imediato submetida a sua aceitação para discussão pelo Plenário, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

Na discussão da moção usaram da palavra os membros da Assembleia Paulo António Silva Roxo e Luís Filipe da Silva Lourenço Matias.-----

O membro da Assembleia, Paulo António Silva Roxo, disse concordar com as moções apresentadas, comungando com as preocupações ali expressas. No entanto, disse que o distrito de Coimbra

dispunha Deputados na Assembleia da República, devendo estes defender os interesses do distrito que representam.-----

O membro da Assembleia, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, disse que as questões colocadas diziam respeito a todos, não sendo questões políticas. Por vezes os deputados não tinham conhecimento do que se passava.-----

Posta à votação a Moção “Transferência da Sede da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE-Centro) de Coimbra para Aveiro” foi a mesma aprovada por maioria com a abstenção do membro Renato França.-----

Seguidamente usou da palavra o membro da Assembleia e Presidente da Junta de Freguesia da Cumeieira, Alfredo dos Santos Curcialeiro. Este cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e os membros da Assembleia. Referiu que na freguesia da Cumeieira existem estradas sem traçado marcado, nomeadamente, na estrada nacional. Agradecia a sua rectificação. ---

O membro da Assembleia, Luís Henrique Ramos da Silva Loulé, cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e os membros da Assembleia. Começou a sua intervenção enaltecendo a iniciativa do Sr. Presidente da Câmara pela criação do Balcão Único, visando a centralização de serviços. Disse estar o Sr. Presidente de parabéns pela iniciativa tendo em conta a redução de tempo na emissão de documentos e a maior celeridade no atendimento. Seguidamente apresentou as seguintes moções que colocou à disposição da Mesa para apreciação pelo Plenário:---

Reabilitação do muro de suporte de acesso à Igreja de São Miguel -----

“No pretérito mês de Janeiro ocorreu o aluimento e fissuração do muro de suporte de acesso à Igreja de São Miguel, que impossibilita o desenvolvimento de actividades no espaço interior do Castelo e colocou em risco a estrutura das torres da Igreja.-----

Considerando:-----

1. Que o esforço em causa é da responsabilidade do IGESPAR e que até à presente data não foram desenvolvidas acções destinadas à consolidação do muro de suporte e à salvaguarda da estrutura das Torres da Igreja;-----

2. Que deverá ser acautelado qualquer risco de ruína e que a intervenção neste espaço é urgente, recomenda-se que seja desenvolvido, com carácter de urgência, as obras necessárias à reabilitação do muro de suporte e espaços adjacentes afectados.-----

Em reunião ordinária desta Assembleia Municipal de Penela, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2009, decidiu-se:-----

Recomendar ao Exmo. Sr. Director Regional de Cultura o desenvolvimento dos esforços necessários à reabilitação do muro de suporte e espaços afectados com a sua ruína.”-----

Posta à consideração a aceitação da proposta para discussão da Moção “Reabilitação do muro de suporte de acesso à Igreja de São Miguel” foi a mesma aceite, por unanimidade.-----

Posta à votação a Moção “Reabilitação do muro de suporte de acesso à Igreja de São Miguel” foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Reparação da estrada 347- troço Espinhal-Relvas -----

“Considerando que:-----

1. A Estrada Nacional 347, especificamente, o troço Espinhal – Relvas se encontra num estado de degradação avançada que dificulta o tráfego e danifica os veículos rodoviários circulantes, constituído uma ameaça para a segurança rodoviária e para os bens.-----

2. Pequenas obras de conservação/manutenção não resolvem os problemas de circulação nesta via, sendo necessário requalificar os troços da estrada para um estado de conservação, eventualmente, com a correcção e aplicação de novo piso asfáltico.-----

Em reunião ordinária desta Assembleia Municipal de Penela, realizada no dia 27 de Fevereiro de 2009, decidiu-se:-----

Dar conhecimento desta recomendação ao Exmo. Sr. Director Regional de Estradas de Coimbra.”-----

Posta à consideração a aceitação da proposta para discussão da Moção “Reparação da estrada 347-troço Espinhal-Relvas” foi a mesma aceite, por unanimidade. -----

Posta à votação a Moção “Reparação da estrada 347- troço Espinhal-Relvas” foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

O membro da Assembleia Municipal, Mário José Rodrigues Simões, cumprimentou os presentes dizendo querer deixar dois apontamentos. O primeiro relacionava-se com o Penela Presépio, deixando um reparo. A autarquia não deveria fazer distinção entre os valores cobrados a naturais/residentes e visitantes. O segundo apontamento prendia-se com o atendimento prestado no Centro de Saúde de Penela. Disse que aquando de uma deslocação, durante a hora de almoço dum domingo, foi confrontado com o encerramento da unidade. Teve que esperar largos minutos, ao frio e à chuva, pela abertura do serviço. -----

O membro da Assembleia Municipal, Marta Sofia Coelho Ramos, reforçou a intervenção do membro Mário Simões, relativamente ao funcionamento do Centro de Saúde, pois já lhe acontecera o mesmo. Lamentou que não existisse um lugar onde os utentes pudessem esperar, sem ser ao frio e à chuva.-

ORDEM DO DIA

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina:-----

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município; -----

2. J. Subtil & Filhos, Lda – declaração de interesse público;-----
3. Abertura de Procedimento para:-----
 - Financiamento bancário a curto prazo;-----
 - Financiamento bancário a longo prazo.-----
4. Sociedade Filarmónica Penelense – declaração de interesse municipal;-----

PRIMEIRO PONTO

Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal foi por ele dito que, apesar de concordar com o facto de nem todas as Direcções Regionais poderem estar sedeadas em Coimbra, não concordava com a saída da Direcção Regional de Economia do Distrito de Coimbra. O facto de ser deslocalizada para o distrito de Aveiro em nada irá beneficiar os concelhos do distrito. Acrescentou que a situação é tanto mais estranha uma vez que os municípios a Norte de Aveiro, como Santa Maria da Feira e Espinho, nem sequer fazem já parte da Região Centro.-----

Em resposta ao membro Luís Loulé, disse considerar relevante a tomada de posição da Assembleia Municipal relativamente à preocupação com a queda do muro de suporte de acesso à Igreja de São Miguel e com a reparação da estrada 347- troço Espinhal-Relvas, devendo as moções serem dirigidas às entidades competentes.-----

Ao membro Mário Simões salientou que a diferenciação de preços praticada aquando o Penela Presépio, assunto muito debatido na Câmara Municipal, era uma forma de diferenciação positiva e também uma ajuda no suporte dos custos, uma vez que a Autarquia não recebia subsídios. Deu o exemplo de Óbidos em que cada turista pagava cinco euros, enquanto os habitantes do concelho não pagavam entrada. Concluiu dizendo que o que se pretendia era a criação de um cartão do munícipe que permitirá o acesso aos eventos a preços reduzidos a quem o apresentar aquando a aquisição do bilhete de entrada.-----

Disse ter registado a observação do membro Marta Ramos.-----

Seguidamente apresentou o documento com a informação da actividade do Município, previamente disponibilizado a todos os membros da Assembleia, o qual se transcreve na íntegra:-----

“1. Plano Estratégico e Desenvolvimento Económico-----

1.1. QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional-----

- Candidaturas aprovadas-----
- Programa Mais Centro-----
- Requalificação da Rede Escolar do 1º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar-----
- Centro Educativo de Penela.-----
- POVT – Programa Operacional de Valorização do Território-----
- Requalificação do complexo Desportivo de São Jorge - Relvado Sintético.-----

Fixação de empresas

No dia 12 de Janeiro foram assinados os contratos com cinco novas empresas que se vão gerar 45 novos postos de trabalho no concelho.

No Mini Habitat ficarão instaladas a Ges-Evolution (consultadoria, gestão e ensino de práticas de empreendedorismo), a Figener (consultadoria, gestão e financiamento de soluções na área das energias renováveis), a N.A. Systems (comércio e instalação de equipamentos de climatização à base de energias renováveis), que se juntam à Go Outdoor (turismo natureza e aventura), enquanto na zona industrial de Penela ficarão instaladas a Transportes BRE (distribuição e logística) e Janeiros, Lda. (desmantelamento de veículos pesados).

1.2. Prémio Europeu de Iniciativa Empresarial

No dia 10 de Fevereiro, o Município premiado com uma menção honrosa (2º Prémio) nos Prémios Europeus de Iniciativa Empresarial, na categoria de Iniciativa empresarial responsável e inclusiva, pela execução do protocolo existente entre o Município e a CerciPenela para execução da limpeza urbana e de trabalhos gerais de jardinagem por equipas desta entidade, num claro exemplo de solidariedade social e de integração de jovens portadores de deficiência.

1.3. GADRU – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Rural

1.3.1. PRODER – Acção de Sensibilização e Informação

Organizado em parceria com a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, com a participação

de centena e meia de agricultores, produtores florestais e técnicos (estes oriundos de vários municípios da região) decorreu no Aitório Municipal, no dia 12 de Fevereiro, uma acção de esclarecimento sobre o PRODER, um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural e que tem como objectivos aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal, promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais e revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

1.3.2. Mercado de Agricultura Familiar e Tradicional – Agenda 2009

Com o objectivo de consolidar o Mercado de Agricultura Familiar e Tradicional nos hábitos dos produtores e consumidores, foi elaborada a “Agenda 2009” contendo algumas informações úteis e a calendarização de todas as edições desta importante realização ao longo do corrente ano.

2. Educação

2.1. Bandeira Verde nas Escolas de Penela

A Bandeira Verde está hasteada desde a 1ª semana do corrente ano na EBI Infante D. Pedro e na ETP Sicó, Pólo Penela, em reconhecimento do trabalho empenhado na área da educação ambiental e na educação para a sustentabilidade, no âmbito do Programa Eco-Escolas.

Actividades de Enriquecimento Curricular

Nas reuniões para avaliar do desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular realizadas no final do 3º período ficou patente o grau de satisfação generalizada dos encarregados de educação.-----

2.2. Emsemble de Cordas-----

Todas as crianças do 1º CEB e do Pré-escolar participaram, no dia 11 de Fevereiro, numa Aula-Concerto com o Quinteto de Cordas da Orquestra Didáctica da Foco Musical, realizado no Auditório Municipal pela Inforinfantil no âmbito da programação das Actividades de Enriquecimento Curricular do corrente ano lectivo.-----

2.3. Desfile de Carnaval-----

Numa organização conjunta do Município, do Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro e da Cercipenela, realizou-se no dia 19 de Fevereiro o cortejo de Carnaval com a participação de todos os estabelecimentos de ensino do concelho.-----

3. Eventos-----

3.1. Penela Presépio 08-----

O Penela Presépio 08 encerrou no dia 4 de Janeiro com um balanço muito positivo. Foram contabilizados mais de 40.000 visitantes que originaram uma receita bruta na ordem dos 60.000 euros, que vão ser aplicados na recuperação e beneficiação de habitação degradada no âmbito do serviço de acção social do Município.-----

3.2. "Inverno Cultural 09"-----

Iniciou-se no dia 25 de Janeiro, no Centro de Cultura e Recreio dos Casais de Santo Amaro mais uma edição do Inverno Cultural, que até Abril, vai levar a todo o concelho um conjunto variado de espectáculos de música, dança e representação.-----

4. Cultura e Património-----

4.1. Exposição de Fotografia "FOTOXISTO"-----

Entre 25 de Janeiro e 14 de Fevereiro esteve patente na sala de exposições temporárias do Auditório Municipal a exposição de fotografias "Fotoxisto", com trabalhos realizados pelos moradores de todas as aldeias que integram a Rede de Aldeias do Xisto, organizada pela ADXISTUR.-----

4.2. Teatro "Hotel de Província"-----

O Teatro das Beiras apresentou no Auditório Municipal, no dia 31 de Janeiro, a peça "Hotel de Província", de Aleksander Vampilov.-----

4.3. Dia dos Namorados-----

Integrado nas comemorações do Dia dos Namorados, o Trigo Teatro Acert apresentou no Auditório Municipal, no dia 14 de Fevereiro, a peça "Chovem Amores na Rua do Matador", da autoria de Mia Couto e José Agualusa-----

4.4. Biblioteca Municipal-----

4.4.1.-----

"Ler Juntos" – Hora do Conto para pais e filhos-----

Nos dias 6 de Janeiro e 17 de Fevereiro realizaram-se mais duas acções de sensibilização para a importância da leitura de contos e histórias em família. -----

4.4.2. "Hora do Conto"-----

Todos os Sábados, entre as 10:30 h e as 12:30 h, decorre na Biblioteca Municipal a Hora do Conto. --

5. Urbanismo-----

5.1. Requalificação do Centro Histórico da Vila do Espinhal-----

Foi aberto concurso público para a execução da empreitada da 1ª fase da Requalificação do Centro Histórico do Espinhal, cujo prazo limite para apresentação das propostas termina no dia 4 de Março.

6. Desporto-----

6.1. Downhill sem corrente no Rabaçal-----

No último fim-de-semana de 2008, decorreu na encosta de Chanca para a Ordem uma prova de Downhill sem corrente, com a participação de cerca de 30 atletas, proporcionando momentos de grande espectacularidade durante a vertiginosa descida. Os vencedores foram agraciados com "troféus" originais alusivos ao Concelho e à Região: 1º-um borrego; 2º- cinco litros de azeite; 3º-um queijo Rabaçal.-----

6.2. Escola de Futsal do Sport Lisboa e Benfica-----

Os alunos da Escola de Futsal "Geração Benfica" deslocaram-se ao Pavilhão da Luz onde assistiram ao jogo entre o Benfica e Sporting, tendo entrado em campo de mãos dadas com os jogadores e realizado um pequeno jogo no final daquele encontro.-----

6.3. Equipa profissional de futsal do Benfica em Penela-----

A equipa profissional de Futsal do Benfica esteve num treino da Escola de Futsal apadrinhando os jovens jogadores de Penela.-----

6.4. Penelense ganha quadrangular-----

No âmbito do protocolo assinado com o Sport Lisboa e Benfica, realizou-se no dia 22 de Fevereiro um torneio quadrangular de Futsal, no escalão de iniciados, em que participaram as equipas do Benfica, da Académica, do Colégio e do CDR Penelense, ganho por esta equipa que venceu na final a formação do Benfica. -----

6.5. Torneio de Veteranos em Futsal-----

Organizado em parceria com o CDR Penelense, decorreu entre os dias 16 e 20 de Fevereiro o Torneio de Veteranos em Futsal envolvendo cerca de 60 participantes. -----

7. Gestão e organização -----

7.1. Balcão Único-----

Na continuidade do trabalho de modernização administrativa que vem sendo realizado está em fase de estudo o projecto de criação do Balcão Único, nas antigas instalações da Tesouraria da Fazenda Pública, com o objectivo de melhorar os níveis de atendimento e de satisfação das necessidades dos munícipes, através da gradual desmaterialização de processos e do incremento de soluções informáticas que possibilitem a implementação do e-gov nos procedimentos autárquicos.-----

8. Saúde e Acção Social-----

8.1. Saúde Móvel-----

Na sequência do protocolo celebrado entre o Município e a Administração Regional de Saúde do Centro a unidade móvel de prestação de cuidados de saúde às pessoas que, por terem maiores menor mobilidade, sentem maior dificuldade em aceder aos serviços de saúde existentes, vai ser apresentada no dia 25 de Abril, data a partir da qual iniciará o seu funcionamento regular. -----

8.2. Cursos Sócio-Educativos-----

Com o objectivo de promover a inclusão social e cívica, e combater os baixos níveis de escolarização e qualificação de muitos jovens e adultos, iniciaram-se no dia 16 de Fevereiro três cursos nas áreas de Banhas Abertas, Tapeçaria de Arraiolos, Pastelaria, Maquilhagem, Artes Decorativas e Artes Florais, que vão decorrer em Espinhal, Rabaçal, Podentes, Penela, Cumieira e Santo Amaro.-----

8.3. Jantar solidário-----

O Jantar Solidário, realizado no dia 3 de Janeiro inserido no Penela Presépio 2008, contou com a participação de 250 pessoas.-----

No final foi apurado um saldo de 4.344,00 euros que vai ser assim distribuído pelas IPSS que operam na área geográfica do Município em função do respectivo número de utentes: -----

- Santa Casa da Misericórdia – € 1.655,34; -----
- Cercipenela – € 625,07; -----
- Casa de Beneficência Oliveira Guimarães – € 639,61; -----
- Caritas Diocesana de Coimbra – € 587,52; -----
- Associação Quinta das Pontes – € 436,46.-----

9. Obras e Projectos-----

9.1. Projectos em elaboração-----

- HIESE – Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos – Requalificação dos edifícios da Quinta do Vale do Espinhal – (foi aberto procedimento por ajuste directo para elaboração do Estudo Prévio). -----
- Centro Educativo (EB1 e Pré-escolar) do Espinhal – projecto base aprovado pelo GEPE – projecto de execução em elaboração – aguarda abertura de candidaturas para financiamento pelo Programa Mais Centro. -----
- Centro Educativo (EB1 e Pré-escolar) de Cumieira – Foi suspensa a elaboração do projecto até haver definições por parte do Ministério da Educação quanto à tipologia daquele equipamento.-----
- Requalificação Urbana do Largo da Casa do Povo do Espinhal – projecto base executado; -----
- Reabilitação da Casa da Cultura do Espinhal;-----
- Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Penela;-----
- Reatauro da Fonte e Lavadouro de Alfafar com requalificação da envolvente;-----
- Adaptação de instalações para implementação do Balcão Único; -----

- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó – Pólo de Penela: Edifício para arrumos;-----
- Requalificação da cobertura do Centro de Cultura e Recreio dos Casais de Santo Amaro;-----
- Zona Industrial da Louriceira – Loteamento -----

9.2. Projectos Elaborados-----

- Saneamento de Louriceira, Venda das Figueiras e Câneve; -----
- Saneamento de Venda dos Moinhos, Grocinas, Casal Novo, Viavai, Estrada de Viavai, São Paulo, Ribeirinho e Gagos;-----
- Malaria Tradicional das Relvas – unidade de extracção de mel; -----
- Casa de Chá “Freire Gravador” – projecto em fase final de execução; -----
- Casa da Noz – projecto em fase final de execução;-----
- Requalificação do Largo da Capela de Viavai;-----
- Requalificação do Largo da Silveirinha;-----
- Requalificação de Largo na Lagoa de Podentes; -----
- Requalificação da envolvente à Lagoa da Cabeça Redonda;-----
- Requalificação do Parque Infantil de Chanca;-----
- Requalificação da envolvente à Capela da Tola;-----
- Espaço intergeracional Oliveira Guimarães, no Espinhal;-----
- Requalificação do Largo do Pelourinho, em Podentes.-----

9.3. Obras a concurso-----

- Centro Educativo de Penela – em fase de adjudicação; -----
- Requalificação Urbanística do Centro Histórico do Espinhal – Fase I.

9.4. Obras em execução-----

9.4.1. Por empreitada-----

- Parque das Águas Romanas; -----
- Complexo Desportivo de São Jorge / Fase I (Relvado Sintético e Obras complementares) -----
- Ligação IC3 / Cumieira; -----
- Alargamento de Estrada com pavimentação em Chainça; -----
- Construção de reservatório em Silveira e remodelação de reservatórios em Farelo e Cova da Lapa;
- Obras de Recuperação e Beneficiação do Centro Cultural das Cerejeiras;-----
- Pavimentação e repavimentação em vários lugares do concelho – 2008;-----
- Pavimentações e repavimentações em calçada em vários lugares e execução de passeio na Zona Industrial de Penela;-----
- Terraplanagem da Z.I.P. – Lotes 12, 13, 14 e 21; -----
- Construção de muros de suporte de terras em Fetais Cimeiros, Pardieiros e Relvas;-----

9.5. Obras Executadas-----

9.5.1. Por empreitada-----

- Centro de BTT da Ferraria de São João;-----
- Casa Mortuária e Requalificação do Largo do Cemitério de Podentes;-----
- Terraplanagem da Z.I.P. – Lote nº 12;-----
- Loja de Acção Social.”-----

Aberto o período para esclarecimento, pediram a palavra os seguintes Membros da Assembleia: ----

• Mário José Rodrigues Simões;-----

• Paulo António Silva Roxo.-----

O membro da Assembleia, Mário José Rodrigues Simões, disse que as questões colocadas relativamente ao Penela Presépio prendiam-se apenas com o bom funcionamento e imagem, dada pelo concelho.-----

O membro da Assembleia, Paulo António Silva Roxo, disse que ficava agradado com a decisão em se avançar com o loteamento da Louriceira, pecando apenas por ser tardia, uma vez que já poderiam existir empresas ali fixadas. Gostaria de acreditar no PENELI mas tem algumas reticências. Concorde com a forma implementada aquando da realização do Penela Presépio. Concluiu dizendo que a descentralização de alguns organismos não era apenas uma decisão governamental, mas sim do Bloco Central.-----

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que estava no quarto ano do mandato e cumprira o que prometera. Apenas prometera proceder a um estudo de localização de uma nova Zona Industrial a Norte, tendo avançado com a entrega do Plano de Pormenor na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro. O trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Desenvolvimento, referente à fixação de empresas no concelho, tem sido feito. O Projecto PENELI é um projecto a médio e longo prazo, com uma tipologia totalmente diferente, com parceiros/investidores privados.-----

SEGUNDO PONTO

J. Subtil & Filhos, Lda – declaração de interesse público

Apresentação, discussão e aprovação: O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve explicação sobre o assunto em discussão, referindo que a empresa “J. Subtil & Filhos, Lda”, pretendendo ampliar a área de intervenção da sua firma, se confrontava com a necessidade de ocupar terrenos que se encontram incluídos na Reserva Agrícola Nacional. Para mais esclarecimentos sobre o assunto, o senhor Presidente remeteu para a leitura da Deliberação da Câmara Municipal, que se transcreve.-----

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de Janeiro de dois mil e nove:-----

"J. SUBTIL & FILHOS, LDA. – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO: O Senhor Presidente informou do pedido apresentado pela empresa J. Subtil & Filhos, limitada, com sede em Vendas das Figueiras, para emissão de parecer comprovativo do interesse público e concelhio do projecto que pretende apresentar relativo à construção de um edifício destinado a complexo comercial, armazenagem de produtos de apoio à agricultura e pecuária, incluindo produtos fitofarmacêuticos, apoiados por um estabelecimento de restauração e bebidas, posto de abastecimento combustível, clínica veterinária e instituição bancária, dado que os prédios, dos quais é proprietária se encontram em zona de Reserva Agrícola Nacional.-----

Tendo em conta os fundamentos invocados pelo requerente, a seguir enumerados: -----

O requerente procura responder à crescente necessidade de desenvolver a Agricultura e todas as práticas com ela relacionadas, designadamente a agricultura tradicional, contribuindo deste modo para um sustentável planeamento do território. -----

O objectivo passa por dotar esta zona territorial de uma infra-estrutura complexa, adequada e completa do ponto de vista do apoio à agricultura e pecuária, pois o requerente administra um estabelecimento destinado ao mesmo programa, relativamente próximo (a cerca de 600m) que, no entanto, se encontra obsoleto, sem capacidade de se adequar à legislação em vigor; -----

A proposta de complexo é caracterizada pela existência de duas áreas distintas: armazém, com cerca de 1000 m2, a poente, destinado ao depósito de todos os produtos de apoio à agricultura e pecuária, portanto com uma utilização de menor permanência; área de atendimento ao público (incluindo comercialização de produtos fitofarmacêuticos. área administrativa, área de pessoal e instalações sanitárias) com 600 m2; estabelecimento de restauração e bebidas com 200 m2, instituição bancária, com cerca de 200 m2, clínica veterinária com 200 m2 ocupando aproximadamente 100 m2, e posto de abastecimento de combustíveis, com cerca de 180m2, o que na totalidade faz apresentar uma area de implantação de 2200m2.-----

Face ao exposto e após algumas considerações efectuadas sobre o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar o interesse Municipal do investimento pretendido a efectuar pela empresa supra mencionada."-----

Aberto o período de esclarecimento de interesse para o Município, pediram a palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

- Paulo António Silva Roxo;-----
- Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;-----
- Presidente da Junta de Freguesia da Cumeeira, Alfredo dos Santos Curcialeiro;-----

O membro da Assembleia, Paulo António Silva Roxo, disse concordar. No entanto acha que será aberto um precedente, devendo ser considerada a hipótese dos particulares poderem fazer o mesmo.

O membro da Assembleia, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, questionou qual o interesse dos particulares em desafectar terrenos. -----

O membro da Assembleia e Presidente da junta de Freguesia da Cumeeira, Alfredo dos Santos Curcialeiro, disse que deveria ser considerada a hipótese de desafecção do terreno existente junto à área a desafectar. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penela disse o que estava em causa era o pedido de desafecção da Reserva Agrícola Nacional (RAN) para construção de um restaurante, um posto de abastecimento e um armazém de produtos fito farmacêuticos. -----

Posta à votação pela Mesa, foi a proposta “J. Subtil & Filhos, Lda – declaração de interesse público” aprovada por unanimidade -----

TERCEIRO PONTO

Abertura de Procedimento para:

- Financiamento bancário a curto prazo
- Financiamento bancário a longo prazo

Apresentação, discussão e aprovação: O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o empréstimo a curto prazo se destina a resolver eventuais dificuldades de tesouraria e deverá ser liquidado até trinta e um de Dezembro de dois mil e nove. A sua utilização só irá acontecer se tornar necessário, dependendo em grande parte a sua utilização da celeridade no pagamento das participações devidas ao Município referentes a obras já executadas ou a executar.

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de Janeiro de dois mil e nove: -----

“**ABERTURA DE PROCEDIMENTOS PARA:** -----

FINANCIAMENTO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO: Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte informação: Abertura de procedimento para Financiamento Bancário de Curto Prazo. -----

Nos termos dos nº 1, 2 e 3 do art.º 38.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito de curto prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos de curto prazo, com maturidade até 1 ano, são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados no prazo máximo de um ano após a sua contratação. Caso estes empréstimos não sejam amortizados até 31 de Dezembro do ano da sua contratação, acresce o nº 4 do art.º 39.º. que, o montante em dívida releva para efeitos do cálculo do limite dos empréstimos de Médio e Longo Prazo. O montante dos contratos de empréstimo a curto prazo não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da

derrama, das participações do município no FEF, no IRS e nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior (n.º 1 do art. 39.º da LFL). Tendo em conta o disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5- A/2002, de 11 de Janeiro, em articulação com o estabelecido no n.º 7 do art.º 38.º da LFL, é da competência da Assembleia Municipal a aprovação ou autorização da contracção de empréstimos. Caso o montante a contratar no ano seja igual ao montante a amortizar no ano, o montante em dívida é considerado dívida flutuante não sendo o respectivo contrato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas e mesmo que, o orçamento inicial do município não tenha as rubricas económica da receita e da despesa dotadas, pela aplicação da regras previsionais, pode-se, por força do disposto nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL, proceder à devida alteração orçamental. Caso o montante a contratar no ano seja superior ao montante a amortizar no ano, a dívida resultante da celebração deste contrato de empréstimo, pelo facto de não ser amortizado até ao termo do ano da sua contratação, deixa de ser dívida flutuante e passa a ser dívida fundada, logo o respectivo contrato fica sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei 98/97, de 26/08 (LOPTC).-----

Assim, -----
Considerando que o Município de Penela apenas pretende o recurso a esta tipologia de crédito pela necessidade de suprir dificuldades de tesouraria decorrentes dos atrasos na arrecadação de receita proveniente de comparticipações de programas comunitários e outros, cuja despesa na maioria das situações tem de ser suportada previamente pelo Município; -----

Considerando que o limite estabelecido no n.º 1 do art. 39.º da LFL (10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da derrama, das participações do município no FEF, no IRS e nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior) para o ano de 2009 é de Quatrocentos sessenta mil cento trinta sete euros cinquenta quatro cêntimos conforme informação anexa; -----

Considerando que o Município pretende contratar um empréstimo de curto prazo até ao montante de Duzentos cinquenta mil euros, não excedendo por isso o limite atrás mencionado; -----

Considerando que o montante a contratar pelo Município no ano de 2009 é igual ao montante a amortizar no ano de 2009 não estando, por isso, o respectivo contrato sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas; -----

Proponho a abertura de procedimento para contratualização de um empréstimo a curto prazo até ao montante de Duzentos cinquenta mil euros a ser utilizado para fazer face a dificuldades de tesouraria e a ser amortizado até 31 de Dezembro 2009. -----

Após aprovação da Câmara Municipal, a autorização para a contratação do empréstimo, deve ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos no artigo 64º, n.º 6, alínea a) conjugado com o artigo 53º, n.º 2, alínea d), ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, aprovar a abertura de procedimento para financiamento bancário de curto prazo." -----

Posto à votação pela Mesa, foi o documento "Abertura de Procedimento para Financiamento Bancário a Curto Prazo" aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Renato França, Vítor Simões e Paulo Roxo. -----

O Sr. Presidente da Câmara disse que os empréstimos a longo prazo têm que ter destino, como demonstra a tabela. Existem candidaturas aprovadas e outras submetidas que, num quadro pessimista, poderão não ser aprovadas. Concluiu referindo que nenhum dos empréstimos conta para o endividamento municipal.-----

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia cinco de Janeiro de dois mil e nove:-----

"ABERTURA DE PROCEDIMENTOS PARA: -----

FINANCIAMENTO BANCÁRIO DE LONGO PRAZO: Nos termos dos n.º 1, 2, 4 e 5 do art.º 38.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos de médio e longo prazo, com maturidade superior a 10 anos, podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respectivo contrato e têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respectivo investimento. O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da derrama, das participações do município no FEF, no IRS e nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior (n.º 2 do art. 39.º da LFL). Tendo em conta o disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em articulação com o estabelecido no n.º 6 do art.º 38.º da LFL, é da competência da Assembleia Municipal a aprovação ou autorização da contracção de empréstimos. Tratando-se de um empréstimo a longo prazo encontra-se o mesmo sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei 98/97, de 26/08 (LOPTC). -----

De acordo como n.º 5 e 6 do art. 39.º da LFL podem excepçãoar-se do limite previsto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinadas ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças e os empréstimos e amortizações destinadas exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários, desde que o montante máximo de crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projectos co-financiados pelo Fundo
Acta 133 (27Fev2009)

Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão, os quais devem ser autorizados por despacho do Ministro das Finanças, devendo ser tido em consideração o nível existente de endividamento global das autarquias locais. -----

As obras a financiar e os respectivos montantes são os que se encontram no quadro seguinte: -----

Obra	Tipo de Projecto	Valor da Obra	Montante de Financiamento aprovado	Montante de Empréstimo Excepcionado
Reabilitação da Zona do Mercado Municipal - Parque das Aguas Romanas	Requalificação Urbana	1.016.164,00		1.016.164,00
Requalificação do Centro Histórico Espinhal Urbana	Requalificação Urbana	687.750,00		687.750,00
Centro Educativo Penela	Projecto Financiado pelo QREN	2.227.000,00	979.038,55	614.101,00
Total		3.930.914,00	979.038,55	2.318.015,00

Assim, -----
Considerando que os projectos a financiar se encontram previstos no Plano Plurianual de Investimentos da Autarquia; -----

Considerando que os projectos a financiar se enquadram nas tipologias de requalificação urbana e de projectos financiados pelo QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) e que poderão ficar excepcionados do limite previsto no nº. 2 do artº. 39º da LFL após autorização do Ministro das Finanças; -----

Proponho a abertura de procedimento para contratualização de um empréstimo a longo prazo (Empréstimo a 20 anos com carência de capital nos primeiros 2 anos) até ao montante de dois milhões trezentos dezoito mil quinze euros. -----

Após aprovação da Câmara Municipal, a autorização para a contratação do empréstimo, deve ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos no artigo 64º, nº 6, alínea a) conjugado com o artigo 53º, nº 2, alínea d), ambos da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

Aberto o período de intervenções, pediu palavra o membro da Assembleia, Renato Filipe Nunes França, que parabenizou o Sr. Presidente pela análise apresentada. Disse que apesar de não estarem incluídos no endividamento, os empréstimos em discussão contribuíam para o engrossar dos encargos pagos mensalmente. Manifestou a sua preocupação. -----

Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que as candidaturas só foram aprovadas no início de Janeiro. Existe interesse em agir, mas são necessários regulamentos, que ainda não existem. -----

Posto à votação pela Mesa, foi o documento “Abertura de Procedimento para Financiamento Bancário a Longo Prazo” aprovado por maioria, com a abstenção do membro Renato França, Vítor Simões, Anabela Duarte e Paulo Roxo. -----


17/18

QUARTO PONTO

Sociedade Filarmónica Penelense – declaração de interesse municipal

Apresentação, discussão e autorização: O senhor Presidente da Câmara disse que a Sociedade Filarmónica Penelense solicitou parecer favorável à declaração de utilidade pública a fim de possuir um conjunto de benefícios, como por exemplo, a sujeição a candidaturas. Referiu tratar-se de uma Instituição meritória que possui várias valências, sendo justa a emissão da declaração de utilidade pública-----

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezasseis de Fevereiro de dois mil e nove:-----

“SOCIEDADE FILARMÓNICA PENELENSE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL: Pelo senhor Presidente foi presente o pedido, apresentado pela Sociedade Filarmónica Penelense, solicitando parecer favorável à declaração de utilidade pública daquela sociedade.-----

Face ao exposto e reconhecendo o trabalho desenvolvido pela Sociedade Filarmónica no concelho, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do número dois do artigo quinto do Decreto-lei número 460/77, de sete de Novembro, emitir parecer favorável á declaração de utilidade pública daquela associação. -----


Mais deliberou, por unanimidade, submeter o pedido a apreciação da Assembleia Municipal.-----

Posta à votação da Mesa foi a proposta “Sociedade Filarmónica Penelense – declaração de interesse municipal” aprovada por unanimidade-----

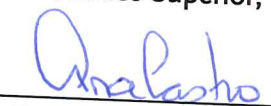
Antes de dar por concluída a sessão, por proposta do membro da Assembleia Renato França, foi decidido que as sessões passariam a ter início às vinte horas e trinta minutos.-----

Por não haver mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, depois de aprovada, por unanimidade, a presente acta em minuta, quando eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos.-----

O Presidente da Assembleia,


(Dr. Emídio Domingues)

O Técnico Superior,


(Ana Cristina Castro)